

Balanço Há menos de 400 pessoas a viver ao relento em Lisboa — há 18 meses eram o dobro. Cobertura total da cidade por equipas de rua, georreferenciação dos casos, aumento de residências individuais e permanentes, corte nos albergues coletivos e apoio na saúde mental — 90% têm doenças psiquiátricas — permitiu resgatar casos crónicos a décadas de exclusão. A atuação mudou: primeiro dá-se uma casa e só depois se tratam as adições debaixo de um teto de conforto. A distribuição de comida na rua vai ser regulada — quase 40 entidades sobrepõem ajuda — e transferida para cantinas com o selo da ASAE. Governo quer “potenciar” alguns exemplos na estratégia nacional que vai aprovar este mês



Lisboa tirou da rua metade do

Texto **RAQUEL MOLEIRO**
e **JOANA PEREIRA BASTOS**
Foto **ANTÓNIO PEDRO FERREIRA**

Alântara, um nº 145, um R/C pequenino. Margarida abre a porta com um sorriso tímido, as mãos num abanar rápido a tentar, em vão, dispersar o fumo dos cigarros que acende uns nos outros. Ainda se esquece que ali há paredes que prendem o rasto do tabaco, e janelas que pode abrir para o libertar. Na rua, onde viveu 25 anos, uma metade exata da vida, nem dava pelo cheiro do vício. É muita coisa nova para assimilar. Ou tão antiga na memória que ela tem de repescá-la. Era uma miúda da última vez que teve um teto. Há sete meses a Associação Crescer na Maior alugou-lhe uma casa e iniciou-se a recuperação de um dos casos mais crónicos entre os sem-abrigo da capital.

Margarida é o rosto de uma tendência crescente. No último ano e meio, Lisboa registou uma descida para metade no número das pessoas que vivem na rua. E a subtração fez-se fundamentalmente pelo aumento das respostas de alojamento de inserção. De acordo com dados do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo (NPISA), entre meados de 2015 e o fim de 2016 as identificações caíram de mais de 700 para menos de 400. Os números são arredondados por-

que a realidade, volante e dada a esconderijos, não se traça em contas certas e o último levantamento ainda está a ser consolidado para que João Afonso, o vereador dos direitos sociais da Câmara, os apresente a 22 de maio, num primeiro balanço do Programa Municipal para as Pessoas em Situação de Sem-abrigo 2016-2018. O objetivo, a três anos, era tirar 200 pessoas das ruas. Já foi ultrapassado.

“Pelos números de que disponho, confirma-se uma redução de pelo menos 40%. É extremamente positivo. Acredito que a situação económica mais favorável do país tenha ajudado, mas é mais do que isso, é o resultado de uma mudança de paradigma, que privilegia o alojamento individual e a redução dos albergues coletivos e temporários, e do trabalho coordenado das várias entidades no terreno que permite uma maior rapidez de resposta e a cobertura de todo o território”, explica.

MARGARIDA, 25 ANOS NA RUA. TINHA TUDO PARA ACABAR MAL. DROGA, ÁLCOOL, 20 KG DE PESO. O INTERNAMENTO SALVOU-A

“Nunca vamos eliminar o problema, que é da condição humana, mas agora temos ferramentas para o reduzir a um patamar mínimo de pessoas.”

O programa Housing First, que deu um teto a Margarida, é um dos instrumentos de maior sucesso, ao virar do avesso a lógica de atuação junto de quem vive na rua. Os modelos tradicionais exigem o fim dos consumos aditivos ou tratamentos psiquiátricos antes da atribuição de uma casa, o que elimina à partida a maioria dos sem-abrigo; neste modelo dá-se primeiro acesso a uma habitação permanente e parte-se daí, sob um teto de conforto, para a inclusão com acompanhamento social individualizado.

Capital, tubo de ensaio para o país

Iniciado em 2009, o projeto cresceu recentemente de 30 para 80 casas, de arrendamento privado e espalhadas pela cidade, com uma taxa de sucesso entre os 80% e os 95%. O alargamento está previsto pela autarquia. Em breve, o modelo será também estendido a todo o país. Ao Expresso, a secretária de Estado da Segurança Social defende a inclusão da medida na próxima Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo, que será aprovada este mês (ver entrevista).

E há mais no exemplo de Lisboa a ser copiado, como se a capital fosse o tubo de ensaio para uma intervenção mais vasta no país. A Estratégia, que Marcelo Rebelo de Sousa pede com urgência, também vai defender um menor recurso a respostas de

emergência em grandes albergues e a existência de um gestor de caso para cada sem-abrigo. A capital está atualmente dividida em quatro partes, cada uma coberta por uma equipa de rua de uma organização diferente. Sempre que é detetado um novo sem-abrigo, o processo é atribuído a um técnico, que ficará responsável por acompanhar e apoiar o seu percurso. A informação é inserida num sistema de georreferenciação (ainda em projeto-piloto), com a localização e a identificação do tutor.

Margarida viveu pelo Rossio, Avenida da Liberdade, nas macas do Hospital de São José e nos últimos anos nos respiradouros do metro da Praça da Figueira. O seu percurso tinha todos os ingredientes para acabar mal. Toxic dependência, alcoolismo grave, saúde débil, isolamento. A morte precoce dos pais, o suicídio de uma irmã e a menina dos Olivais cada vez mais fundo nos vícios que a levaram à loucura, a um, dois, três internamentos psiquiátricos, “amarrada de pernas e braços” e, no fim, sempre a rua.

“Foi muito doloroso mas não me lembro de chorar. Tinha sempre a cabeça ocupada. E agora...”. Agora chora muito. Sentada num cadeirão passa os dias em balanço mental. “Estou muito contente com esta casa mas sinto-me triste, penso muito no passado, são como lágrimas antigas que não foram choradas. Penso no que perdi, penso no Paulo, o meu companheiro que morreu na rua. Foi o amor da minha vida.” A perda fê-la perder-se de vez. O corpo descido aos vinte quilos só enrolado em lençóis no meio da

rua, ela aos gritos enojada com uma doença que não lhe permite reter as fezes e que lhe dava vontade de fugir dela própria. E, por fim, o internamento compulsivo que a salvou.

Cuidados intensivos sociais

“Diz-se que os sem-abrigo são casos sociais, de pobreza, mas nunca se diz que são doentes. E a verdade é que mais de 90% são casos psiquiátricos, nomeadamente psicóticos, esquizofrénicos, bipolares, deprimidos, maníacos e dependentes de droga ou álcool”, explica António Bento, diretor do serviço de Psiquiatria Geral do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, e responsável por uma consulta aberta dirigida a sem-abrigo e refugiados. Integra também uma equipa de rua, criada através de um protocolo com a autarquia. Num ano foram assistidos mais de 200 casos. “Só há sem-abrigo em democracia. Para os tirar da rua há duas maneiras: ou a mal, como fazem os países ditatoriais, ou a bem, através de cuidados intensivos sociais.”

Olivais. Um nº 363, um 2º B imaculado. Pedro, 45 anos, mudou-se apenas há três semanas. É alcoólico, mas já não bebe. E é seguido por um terapeuta. “Parei, parei mesmo, de um dia para o outro. Uma terça-feira. Comecei a olhar à volta e vi que não era o meu mundo. Como é que caí tão baixo? Foram três dias ou quatro a ressarcar muito, sozinho, cheio de medo do delírium tremens, com um pacote ao lado para o caso de ser insuportável. Não lhe toquei. Dias depois viem-



Margarida, 50 anos, deixou-se fotografar na cozinha da sua casa, onde vive há sete meses depois de um quarto de século na rua. Está pronta para que o irmão a veja

sem-abrigo

“me dizer que tinham uma casa para mim. Parece que tudo se encaixou. Por isso é que não quero dar o meu nome verdadeiro, nem fotografias, desculpe lá. É que pela primeira vez em muitos anos, nem sei quantos, acredito mesmo que vou voltar a ser uma pessoa normal. Eu já fui outra pessoa”.

Foi motorista de longo curso, viveu em Espanha, em Itália, e foi perdendo os empregos sempre que o vício saía de controlo. Sem trabalho não há dinheiro, sem dinheiro não pagou o aluguer, sem casa restou a rua, 13 anos de rua, várias comunidades terapêuticas e outras tantas recaídas, e o regresso ao empedrado da Baixa, e à esmola. “O vinho não é um vício caro como a droga, um pacote são 70 centímetros”, explica. Andava sempre anestesiado, às quedas de quebrar ossos. O último foi o tornozelo.

Nos primeiros três dias da casa nova não conseguiu dormir uma noite se-

guida. Ainda estava em registo de sobrevivência. Reconciliou-se entretanto com os tachos. Não se lembrava da última vez que tinha escolhido uma refeição. Fez frango com massa, soube-lhe pela vida. Ao relento come-se o que oferecem. E é verdade que comida não faltava. Só na capital mais de 40 instituições distribuem cabazes aos sem-abrigo, numa sobreposição de ajuda que vai ser regulada em breve pela Câmara. A alimentação vai passar a ser fornecida em refeitórios sociais — este mês abre o segundo em Santa Apolónia — e só poderá ser distribuída por entidades autorizadas. “Andar na rua é bom para estabelecer relações de confiança, mas o caminho tem de ser no sentido de garantir a alimentação em espaços dignos e acolhedores”, reconhece Henrique Joaquim, presidente da Comunidade Vida e Paz, a associação responsável pelas “carri-nhas” mais antigas da capital.

Margarida aceitou ser fotografada, na cozinha. Não que não tenha esperança no futuro ou receio de ser identificada. Mas exatamente por ter. Está pronta para que o irmão a veja. É a família que lhe resta. Já lá vão sete anos de silêncio. É médico e ela tem tantas saudades dele. E vergonha por o ter afastado por vergonha do que era. Quer que vá lá a casa mas anda sem coragem de lhe ligar. É pequena mas é dela. Paga €80 de renda com a pensão de invalidez. E de lá sai pouco agora. É comum aos ex-sem-abrigo. Anos a fio para tirá-los da rua, e depois o difícil é convencê-los a sair de casa.

rmoleiro@expresso.imprensa.pt

“DIZ-SE QUE SÃO CASOS SOCIAIS, DE POBREZA, MAS NUNCA SE DIZ QUE SÃO DOENTES. MAIS DE 90% TÊM DOENÇAS PSIQUIÁTRICAS”

PROJETOS LX

PONTO DE ENCONTRO

Espaço de Reconciliação Familiar, na Rua de São Bento, onde os sem-abrigo poderão encontrar-se com familiares. 54% têm filhos. Projeto prevê plataforma digital onde os sem-abrigo podem procurar familiares e famílias

RESTAURANTE

Trendy, com chefe da moda, junto à Avenida da Liberdade. Na cozinha vão trabalhar cinco ex-sem-abrigo e outros tantos na sala, com contratos mínimos de cinco meses. Poderá ser servido por uma horta. O projeto é da Crescer na Maior

HIGIENE SOBRE RODAS

Uma carrinha transformada em Unidade móvel de Higiene e Bem-Estar, com duchas, serviço de unhas e barbearia. Fará rondas diárias, com paragens predefinidas junto a pontos de água. Projeto da Conversa Amiga

PERFIL DOS SEM-ABRIGO

- Segundo a Segurança Social, no ano passado havia 4003 sem-abrigo em Portugal, dos quais 1620 no Porto (40%), 889 em Lisboa (22%), 355 no distrito de Faro (8,8%) e 256 (6,4%) em Setúbal
- Cerca de 80% têm nacionalidade portuguesa. Entre os estrangeiros, a maioria são dos PALOP (12%) e da Europa de Leste, nomeadamente romenos
- Homens são a esmagadora maioria dos casos. 50,18% são mulheres. Em média, têm 44 anos.
- Estima-se que cerca de 90% têm doença mental, alcoolismo ou toxicod dependência
- Cerca de 70% têm, no máximo, o 2º ciclo de escolaridade (6º ano)

Cláudia Joaquim Secretária de Estado da Segurança Social

“Temos de garantir que ninguém fica na rua”

A poucos dias de ser aprovada em Conselho de Ministros a nova estratégia nacional de integração de sem-abrigo, a secretária de Estado da Segurança Social explica as principais medidas. O objetivo é tirar da rua, até 2023, as cerca de 4 mil pessoas que se estima não terem teto.

■ A estratégia nacional de integração dos sem-abrigo estava praticamente parada desde 2013. Foi preciso a intervenção do Presidente da República para o Governo acordar para este problema?

■ A intervenção do Presidente é fundamental nesta área, como noutras. Enquanto órgão executivo, o Governo tem a responsabilidade de definir a estratégia e colocar os recursos no terreno. O Presidente da República também tem uma grande preocupação nesta área, pelo que atuamos numa lógica de complementaridade. Mas o despacho interno (do Governo) para que fosse retomado o grupo de trabalho que devia aplicar a estratégia é de agosto do ano passado e já antes disso tínhamos feito um pedido de informação para perceber exatamente qual era o ponto da situação. Foi um trabalho que iniciámos assim que entramos em funções e percebemos que havia uma estratégia que estava a terminar.

■ A primeira estratégia de integração dos sem-abrigo foi criada em 2009 mas nunca foi regulamentada, nem teve orçamento e a maioria dos objetivos não foi alcançada. O que correu mal?

■ O grupo interministerial que deveria ter monitorizado a estratégia deixou de funcionar em 2013. Chegámos à conclusão de que era importante retomar aquele grupo para poder fazer uma avaliação da estratégia e perceber exatamente o que é que tinha sido implementado e que medidas é que tinham sido descontinuadas ou nunca tinham sequer entrado em funcionamento. Dessa avaliação, percebemos que a anterior estratégia estava bem delineada. Podia ser melhorada, mas não era preciso reformulá-la completamente. Acima de tudo era preciso implementá-la e alterar um pouco o funcionamento, porque não estava regulamentada nem tinha um carácter formal. É isso que queremos fazer agora, aprovando uma resolução em Conselho de Ministros.

■ Quando será aprovada?

■ Provavelmente ainda este mês. Será criada uma comissão interministerial que fará a ponte entre o Governo e todas as entidades públicas e privadas que trabalham nesta área e que aprovará planos de ação de dois em dois anos que permitam estabelecer objetivos e metas. Não é razoável definirmos agora todos os objetivos até 2023. O que faz sentido é definirmos os eixos estratégicos e as grandes medidas.

■ Que grandes medidas são essas?

■ As áreas de intervenção fundamentais são a saúde — muito em particular a saúde mental — a habitação, o apoio social e a integração no mercado de trabalho. Estamos a falar de pessoas que não são enquadráveis em padrões. São casos tão particulares que é preciso criar uma estratégia individualizada para cada um conseguir sair da rua.

■ Daí a ideia de cada sem-abrigo ter um gestor de caso?

■ Exatamente. A figura do gestor de caso, que vai trabalhar com cada sem-abrigo, vai estar em articulação



com todos os organismos e todas as entidades privadas, que são muitas, para criar as melhores respostas para cada situação.

■ Há mais instituições e voluntários a trabalhar nesta área do que sem-abrigo a precisar de ajuda, o que faz com que haja duplicação dos apoios e até excesso de comida distribuída na rua. É preciso regulamentar a boa vontade?

■ Com a crise dos últimos anos surgiram mais entidades e grupos de voluntários. É preciso fazer um levantamento não só das necessidades, mas também da oferta porque há casos em que várias entidades disponibilizam alimentação na mesma zona. Mas o voluntariado não é regulável. O Estado não deve condicionar a iniciativa privada.

■ Faz sentido continuar a distribuir comida na rua ou isso deve ser feito em cantinas?

■ É possível que no início haja sem-abrigo que não queiram ir comer a uma cantina ou que até se recusam a dormir num alojamento. Há uma confiança que primeiro tem de ser conquistada junto destas pessoas, algumas das quais estão na rua há muitos anos e têm problemas de saúde mental. Não conseguiremos decretar que a partir de agora não há mais distribuição na rua ou que os sem-abrigo são todos colocados num alojamento porque há uma vontade individual que tem de ser respeitada. Mas a integração passa por um alojamento temporário no início e depois por apartamentos de autonomização, que permitem a integração no mercado de trabalho. No que diz respeito à alimentação, é importante haver mais cantinas sociais, o que não significa que a distribuição de alimentos na rua não tenha de continuar a ocorrer em algumas situações.

■ O que vai mudar na atribuição do Rendimento Social de Inserção?

■ As pessoas vão poder requerer o subsídio quando ainda estão institucionalizadas para que possam começar a receber no momento em que saem. Agora só podem requerer quando saem de uma instituição

“SÃO CASOS TÃO PARTICULARES QUE É PRECISO CRIAR UMA ESTRATÉGIA INDIVIDUALIZADA PARA CADA SEM-ABRIGO SAIR DA RUA”

e o que acontece é que depois há ali alguns meses até que o subsídio comece efetivamente a ser pago, o que pode deixar a pessoa sem rede durante esse período. Da mesma forma, uma pessoa que esteja presa vai poder fazer um requerimento prévio do RSI; o subsídio fica suspenso e começa a ser pago a partir do momento da saída.

■ Muitos sem-abrigo estiveram presos e saíram diretamente para a rua, sem alternativa de habitação e sem ajuda. A prevenção falha?

■ É preciso garantir que há uma resposta assim que a pessoa sai em liberdade. A estratégia também tem uma componente de prevenção. Pretende-se que haja não só uma sinalização dos sem-abrigo, mas também de pessoas que estão em risco de ir parar à rua.

■ Muitos têm doença mental. Acha que o fecho de hospitais psiquiátricos foi feito sem acautelar uma solução de habitação para todos os que estavam internados há muito tempo?

■ O que aconteceu foi que não foram criadas respostas de saúde mental no âmbito da rede de cuidados continuados. Temos agora, há poucos meses, as primeiras respostas nesta área e o objetivo é alargar. Vamos ter respostas específicas para esta população.

■ O internamento compulsivo pode ser uma solução para sem-abrigo com doenças mentais que não querem sair da rua?

■ Existirão situações em que é necessário o internamento compulsivo, da mesma maneira que pode haver necessidade de dar entrada numa urgência. Admito que possa acontecer. Estamos a falar de pessoas que podem descompensar se não tomarem a medicação. A intervenção dos técnicos é fundamental para conquistar essas pessoas para o tratamento. Temos de perceber que há uma liberdade individual que tem de ser respeitada.

■ Do ponto de vista da habitação, a aposta já não passa por grandes albergues com dezenas de camas?

■ Tem de haver uma complementaridade de respostas. Os albergues não têm como objetivo uma saída permanente da rua. Têm um carácter de emergência, o que também pode ser necessário numa primeira fase. Já os centros de alojamento temporário e os apartamentos têm uma componente de autonomização que procura quebrar a dependência das pessoas face às instituições.

■ A ideia é alargar a experiência do projeto Housing First a todo o país?

■ Sim. Acima de tudo é fundamental reunirmos os recursos que já existem. Se forem potenciados e for dada prioridade aos sem-abrigo em algumas soluções pode criar-se uma rede de alojamento.

■ A nova estratégia vai até 2023. É possível acabar com os sem-abrigo até lá?

■ Segundo a Segurança Social, o número de sem-abrigo ronda os 4 mil, mas pode estar sobreavaliado. Esta estratégia terá o objetivo muito claro de tirar as pessoas da rua. Mas vamos imaginar que todas as pessoas que estão na rua neste momento saem e já não estão lá em 2023. Provavelmente outras cairão entretanto nessa situação. O que é essencial é termos no terreno medidas que permitam garantir que ninguém fica na rua por falta de habitação.